



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS**

RAFAEL DOURADO GAMA

TRANSDUÇÃO :
A VOZ DE UM TRANSGÊNERO EM TRADUÇÃO

**Salvador
2016**

RAFAEL DOURADO GAMA

TRANSDUÇÃO :
A VOZ DE UM TRANSGÊNERO EM TRADUÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Língua Estrangeira Moderna da Universidade Federal da Bahia – UFBA, como pré-requisito para a obtenção do título de Bacharel em Letras: Língua Estrangeira Moderna ou Clássica.

Orientadora: Profa. Dra. Elizabeth Santos Ramos

Salvador
2016

Dedico este trabalho a todos aqueles que acreditaram seriamente em meu sucesso, mesmo quando eu mesmo não acreditei.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Elizabeth Ramos, que me orientou quando eu ainda não entendia o que é ser, de fato, um pesquisador, e confiou em mim para juntos desenvolvermos este trabalho. Pelo comprometimento e atenção dada, mesmo quando não envolvia apenas assuntos acadêmicos, como também terapêuticos, o meu muito obrigado.

Aos meus amigos, principalmente Carine e Vinícius, por me instruírem, me incentivarem a continuar, quando surgiam dúvidas e uma inclinação a desistir, sou nada sem eles.

À minha irmã (e mãe também) Renata, por sempre insistir para que eu terminasse este assunto inacabado na minha vida, por investir tão alto no meu sucesso, o resultado é todo seu.

À minha mãe Neta, por ter sempre me dado o que ela pôde e não pôde ter em sua própria vida, fazendo de tudo para me manter feliz de um jeito ou de outro, aceitando minhas escolhas, por mais tortas que fossem.

Aos meus colegas de profissão pelos quais já passei durante minha carreira e aos atuais, com quem dividi minhas angústias e medos, por me aconselharem de maneiras tão belas, vocês fazem parte disto também.

“From my rotting body, flowers shall grow and I am in them and that is eternity“.

Edvard Munch.

RESUMO

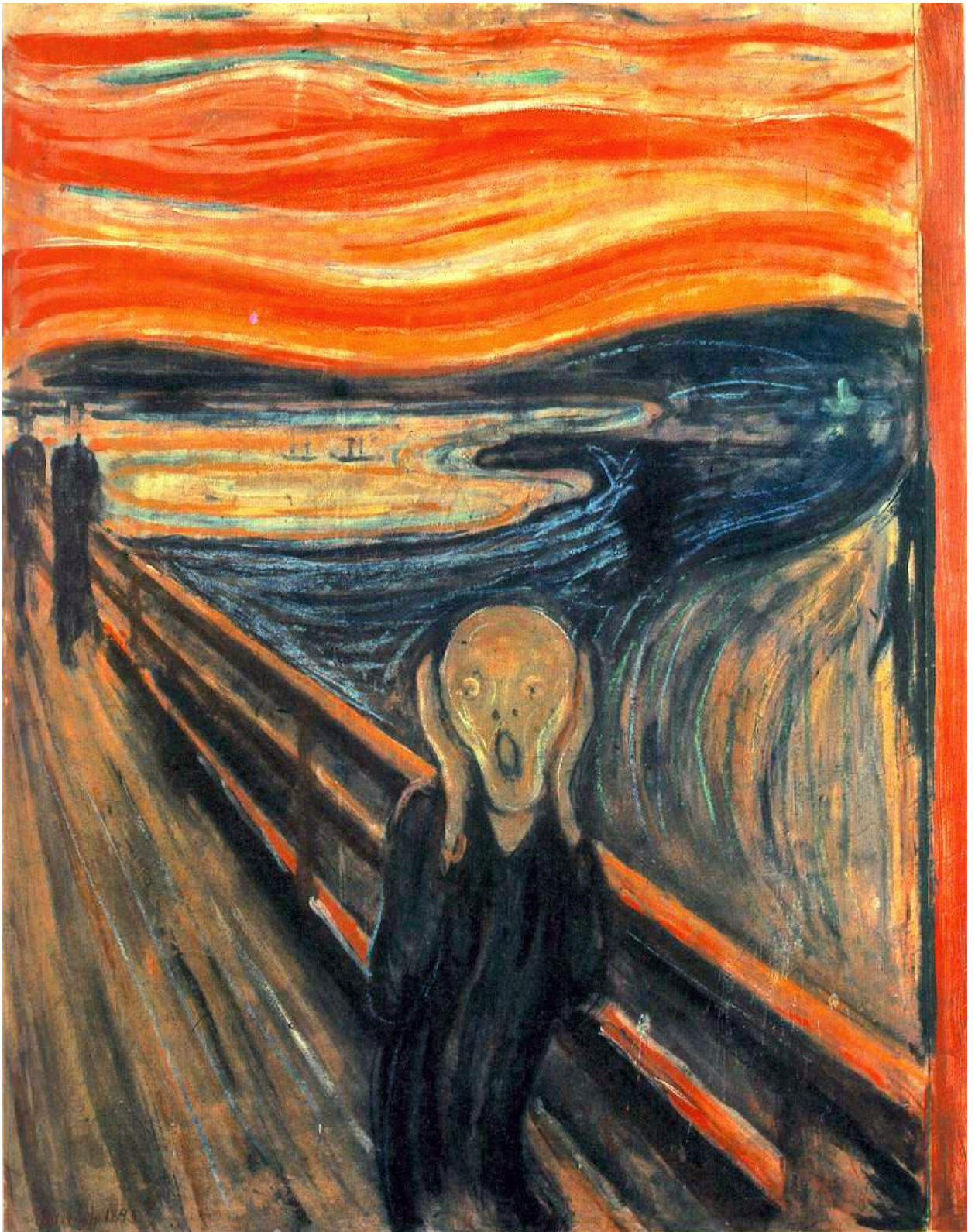
Esta monografia está inserida no campo dos Estudos da Tradução contemporâneos, fugindo de termos como “fidelidade”, “essência” e “equivalência” e evidenciando outros como “transformação” e “apropriação”. Partindo do pressuposto de que tradução é transformação, trago também como suplemento o termo “colagem”, conforme apresentado por Affonso Romano de Sant’Anna, inserindo-o, na prática, à tradução do objeto de estudo da monografia: um bilhete de suicídio de um menino trans, que se descobre menina e é rejeitado pela família em sua cegueira religiosa. Fundamento minhas reflexões com Rosemary Arrojo e Cristina Carneiro Rodrigues, ambas trazendo noções e conceitos de tradução em sua perspectiva contemporânea; Homi Bhabha e seu conceito de hibridismo aplicado à discussão de gênero evidenciada pelo bilhete. Proponho, a partir disso, uma reflexão acerca da violência a que os indivíduos LGBTQ estão sujeitos nos dias de hoje, nesta sociedade, em sua maioria, hétero-normativa e, por isso, excludente quando se trata das diferenças que ameaçam a “pureza” e a “verdade” da maioria hegemônica.

ABSTRACT

This monograph is inserted in the contemporary field of Translation Studies, disregarding terms such as “fidelity”, “essence” and “equivalence”, and highlighting others, such as “transformation” and “appropriation”. Taking from those assumptions, which understand translation as transformation, we also brought as a supplement the concept of “assemblage”, as proposed by Affonso Romano de Sant’Anna, putting it into practice in the translation of the object of the monograph: a suicidal note from a trans boy, who finds himself as being a girl, rejected by his family in their religious blindness. The theoretical bases of this study is built on Rosemary Arrojo and Cristina Carneiro Rodruigues, both raising notions and concepts on Translation in its contemporary perspective; Homi Bhabha and his concept of hybridism, which we applied to the gender discussions. We propose, from the discussions included in the monograph, a reflection about the violence LGBTQ people are subjected nowadays, in this mostly hetero-normative society and, because of that, exclusionary when it comes to the differences, which threaten the “purity” and “truth” of the hegemonic majority.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	MONTANDO UM ALICERCE	15
2.1	Tradução: Contexto e Crítica	15
2.2	Hibridismo e Transgênero	19
3	TRADUÇÃO DO BILHETE DE SUICÍDIO DE LEELAH ALCORN.....	24
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
5	REFERÊNCIAS.....	32
6	ANEXO (matérias jornalísticas).....	33



“O Grito” (1893), de Edvard Munch.

1. Introdução

Quando se pensa em tradução, imediatamente a ideia que se concebe é a de que um texto escrito, em um determinado idioma, será transportado, palavra por palavra, para outra língua, mantendo uma equivalência direta e imediata entre os significados das palavras do primeiro para a segunda. Mas essa noção não mais vigora no âmbito dos Estudos da Tradução na Academia, embora muitos ainda persistam em acreditar que tal processo exista e, pior, que seja funcional ou eficaz.

Levando em consideração que a língua é mutável, total e constantemente passível de mudanças, e que os significados não têm contornos fixos, muito dificilmente uma palavra será equivalente entre dois idiomas ou linguagens. Tomemos, por exemplo, a tela de Edvard Munch, *O Grito*, que ilustra este trabalho. Nela, um indivíduo mostra-se numa paisagem retratada com cores borradas e ondulantes e retratando, com seu grito, um misto de emoções: angústia, medo, desespero, solidão, sufocamento e tristeza. Embora esteja acompanhado de duas pessoas no fundo da paisagem, podemos dizer que ele se sente completamente sozinho, visto que o silêncio que emana de seu grito, representa um completo vazio e, ao mesmo tempo, um desejo de expressar-se e de mostrar ao mundo a sua existência, mesmo que marginalizada perante a sociedade.

Poderíamos, em muitos parágrafos, discorrer sobre a impossibilidade da equivalência direta, ou de se traduzir palavra por palavra, ou ainda de se manter o sentido "original", noções equivocadas e restritas, uma vez que a língua é vasta e rica e plural.

O exemplo acima nos faz pensar num aspecto que vai além da carga semântica de um item lexical, isto é, nos remetem à importância de se pensar os componentes cultural, social, político e ideológico que envolvem qualquer texto e que Stanley Fish ampliou no conceito de "comunidade interpretativa" (1976). Assim, é possível concluir que um texto não possui significado fora de um conjunto de pressuposições, que implicam interpretação. Interpretamos textos porque somos parte de uma comunidade interpretativa que nos fornece uma forma particular de ler. Assim, se em nossa comunidade o grito está mais presente do que uma paisagem bucólica, a linguagem será naturalmente própria da nossa comunidade interpretativa e difícil de ser explicada em outros espaços culturais, em que a expressão do grito não se faça tão necessária.

A falta de contornos fixos se aplica também ao texto na sua totalidade. Isso significa que diferentes sujeitos tradutores leem um mesmo texto de diferentes formas,

possibilitando, muitas vezes, uma série de diferentes traduções de um mesmo original. O Grito de Munch representa não apenas uma descarga emocional que estava aprisionada e que necessitava de ser exteriorizada, mas também pode representar o grito dos sul-africanos durante o *apartheid*, o grito dos japoneses no bombardeamento das cidades de Hiroshima e Nagasaki pelos Estados Unidos, o grito das milhões de mulheres estupradas e que ainda são culpadas por tal ato, o grito dos LGBTQs por mais liberdade de amar e serem amados como qualquer outro ser humano, o meu grito por minha vida. A multiplicidade de interpretações depende do local de fala daquele que interpreta, isto é, da sua época, sua cultura, sua visão de mundo, sua história de vida, para citar apenas alguns fatores.

Nesta monografia, a partir da metáfora d'O Grito de Munch, faremos uma tradução de um bilhete de despedida, de uma garota transgênero, estadunidense, suicida. Sua morte foi noticiada pelo jornal britânico Daily Mail, no dia 30 de dezembro de 2014, como uma suposta ocorrência no dia 28 de dezembro, dois dias antes de ser veiculada, em um domingo pela manhã, no Condado de Warren (Warren County), em Ohio. Segundo publicado pelo jornal, Leelah pôs-se à frente de um trator em uma rodovia.



Leelah Alcorn, foto acima, nasceu no dia 15 de Novembro de 1997. Joshua Ryan Alcorn, como foi batizado, cresceu numa família cristã conservadora em Ohio e, aos quatro anos de idade, ela começou a se sentir diferente internamente em relação ao seu exterior, isto é, sua identidade de gênero não correspondia com suas características biológicas, por ter nascido num corpo masculino. Aos 14 anos, ela contou aos pais que era uma garota trans, recebendo deles o desprezo e ódio. Aos 16, eles a negaram o tratamento de transição que ela tanto queria e, ao invés, a mandou para um tratamento psicológico de base cristã, uma terapia de conversão. Após muito sofrer e de não receber apoio, ela decidiu por fim à sua vida de longo sofrimento e sem esperança se jogando à frente de caminhão na Rodovia Interestadual 71 (Interstate 71 highway).

Como o texto traz à tona uma série de questões sociais que refletem preconceito e intolerância diante daquilo que é considerado “desvio sexual”, a tradução será feita não apenas dentro dos parâmetros daquilo que se entende como tradução interlingual. Aqui, construiremos o que chamamos de tradução crítico-linguística, isto é, construída não apenas sobre bases marcadamente linguísticas, como também por meio de colagens, intercalando o texto de chegada com uma colagem de matérias jornalísticas publicadas em diferentes mídias, em torno do universo LGTBQ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e *Queer*). As matérias jornalísticas, na sua maioria, são pautadas sobre imagens de violência contra esses sujeitos subalternizados, embora algumas poucas, mas consideráveis conquistas em relação a seus direitos como seres humanos também tenham sido localizadas e suplementadas à tradução.

Faremos do objeto desta monografia, o bilhete de suicídio, mencionado acima, de cujo tema nos apropriaremos dada a sua relevância nos dias atuais e o transporemos para o nosso cotidiano, suplementado pela colagem de títulos de textos que ilustram o dia-a-dia brasileiro de violência, preconceito e rejeição praticados por uma parcela significativa da população que não aceita as diferentes condições do ser humano. Nosso estudo aproximou-nos de atos de violência contra sujeitos do cenário LGBTQ, não só no Brasil, mas, também, em outros lugares do mundo.

O trabalho de tradução crítica foi fundamentado nos conceitos de apropriação e colagem, conforme Affonso Romano de Sant’Anna, no seu livro *Paródia, Paráfrase & CIA*.

A técnica da apropriação, modernamente, chegou à literatura através das artes plásticas. Principalmente pelas experiências dadaísticas, a partir de 1916. Identifica-se com a *colagem*: a reunião de materiais

diversos encontráveis no cotidiano para a confecção de um objeto artístico (SANT'ANNA, 2003, p. 43)

Deslocando as reflexões de Sant'Anna, tornaremos as matérias jornalísticas, que reportam a violência contra sujeitos LGBTQ, nossos “materiais diversos encontráveis no cotidiano”, para situar e contextualizar nosso objeto tradutório, ou seja, o bilhete.

Na colagem construída, exporemos um pequeníssimo esboço do retrato social do nosso tempo, no que tange ao preconceito diário sofrido pelas minorias marginalizadas dos sujeitos trans pela nossa sociedade branca, classe média, heterossexual. Dessa forma a colagem, juntamente com o texto/bilhete constroem uma crítica, um alerta consciente, um alerta necessário e imediato para problematizar esse estranhamento que o diferente causa nos padrões milenarmente enraizados e historicamente considerados corretos e aceitos. Através dos textos escritos – jornalístico e pessoal –, temos o objetivo de fazer a despadronização da normatividade.

Como nosso trabalho parte de um texto construído pictoricamente pela pintura, para chegar aos textos escritos do bilhete e das matérias jornalísticas acreditamos ser útil pensar o conceito de “fronteira intermediária”, conforme Irina Rajewsky, no seu artigo intitulado “A fronteira em discussão: o *status* problemático das fronteiras midiáticas no debate contemporâneo sobre intermedialidade” (2010), no qual ela discorre sobre os limites das fronteiras entre as mídias, as relações, interações e interferências que se estabelecem entre elas, seja no âmbito teatral, musical, fílmico, literário, ou de outras artes e meios.

A escolha do tema e da construção de uma tradução crítico-linguística justifica-se pela minha identificação e pertencimento ao cenário gay, sem contar a relevância da discussão nos dias atuais, quando eles, sujeitos trans, estão diariamente buscando respeito e igualdade de direitos e lutando para sobreviver dignamente.

Esclareço de antemão que a monografia não aprofundará a discussão sobre gênero, dado o meu desconhecimento teórico sobre o assunto que considero delicado. O foco, portanto, deste estudo, extremamente despretensioso, constrói-se, principalmente, sobre a tradução atualizada e suplementada por cenas do noticiário corrente.

A monografia será dividida em duas sessões. Na primeira, apresentaremos a fundamentação teórica no campo dos Estudos da Tradução, trazendo algumas reflexões e problematizações contemporâneas, privilegiando teóricos pós-estruturalistas (ou pós-contemporâneas), conforme Rosemary Arrojo (2003). Ademais, recorreremos ao

pensamento de Homi Bhabha sobre hibridismo, deslocando-o para a construção da nossa própria reflexão acerca de transgêneros. Estes pressupostos teóricos atuarão como comentários para a tradução. Na segunda sessão, traduziremos o texto: o bilhete de despedida, analisando-o e atualizando-o em diálogo com a colagem das matérias jornalísticas sobre o mundo LGBTQ, como forma de suplementar o texto de partida e demonstrar que poderia ter sido escrito por mim ou qualquer outra vítima de uma história de preconceito e rejeição. “[O suplemento] não acrescenta senão para substituir. Intervém ou se insinua em-lugar-de; se ele colma, é como se cumula um vazio. Se ele representa e faz imagem, é pela falta anterior de uma presença. (DERRIDA, 1967/1973, p. 178 apud RODRIGUES, 2000, p. 209)

Para ilustrar esta monografia, escolhemos o quadro, mencionado no início desta sessão, do pintor norueguês Edvard Munch, *O Grito*, de 1893. Este faz parte de uma série de quatro quadros, embora o último tenha obtido maior sucesso e repercussão mundial. Aqui encontramos uma figura andrógina, em um momento de angústia profunda e desespero existencial, evidenciados pelo grito silencioso. A ausência do som, reverbera ainda com mais força e intensidade aquilo que, de certa forma, se torna audível. Interessante notar que tanto o sujeito retratado quanto a paisagem foram pintados com linhas sinuosas, remetendo, talvez, ao “desvio” causado pelos temas que emergem – depressão, desespero, angústia, solidão. Impossível não associar o quadro ao pintor, criado por um pai controlador, que não o apoiava em suas escolhas, o fim trágico de sua irmã, diagnosticada com doença bipolar e, posteriormente, internada num asilo psiquiátrico, o casamento com uma mulher que só lhe trouxe desespero e angústia, temas centrais *d’O Grito*.

O quadro, que ilustra o presente trabalho, a figura andrógina, nos permite construir um diálogo crítico com a angústia de Leelah e sua decisão de pôr fim a todo o sofrimento que lhe foi infligido pela família e pelas pessoas com as quais se relacionava diariamente. *O Grito* performatiza nosso grito por liberdade, por uma vida justa, pelo amor, pelo fim da intolerância.

Por fim, faremos algumas considerações finais sobre o trabalho, ressaltando alguns pontos que consideramos relevantes, projetando-os ao nosso dia-a-dia.

2. Montando um Alicerce

2.1 Tradução: Contexto e Crítica

Quando pensamos em traduzir um texto, não importa o gênero, logo vem em mente a seguinte ideia: vou traduzir palavra por palavra de uma determinada língua para um idioma específico, mantendo todos os sentidos exatamente idênticos, pois, assim, serei fiel ao texto original. Essa premissa vigorou por muito tempo, com base nas reflexões de renomados teóricos em diferentes épocas, cujas teorias baseavam-se em fidelidade e equivalência total de sentidos e significados entre o que era chamado de original e o traduzido, que deveria ser uma cópia idêntica em significâncias. Rosemary Arrojo explica que:

Traduzir não pode ser meramente o transporte, ou a transferência, de significados estáveis de uma língua para outra, porque o próprio significado de uma palavra, ou de um texto, na língua de partida, somente poderá ser determinado, provisoriamente, através de uma leitura. (ARROJO, 2003, p. 22-3)

Logo, todo tradutor deverá, primeiramente, interpretar o texto que se quer traduzir, lê-lo criticamente, mesclando sua vivência, suas experiências e conhecimento de mundo com o que encontra no texto para, assim, criar um novo texto, que trará algo do anterior, porém numa nova forma.

Em seu livro intitulado *Oficina de Tradução: a teoria na prática*, Arrojo discute a questão da fidelidade e da originalidade dos textos ao serem traduzidos e adaptados. A autora constrói suas ponderações a partir de teóricos que defenderam as noções de fidelidade e equivalência, como John Catford e Eugene Nida, mostrando que suas teorizações devem ser revistas. Sobre o primeiro, Arrojo comenta o que, por muito tempo, foi muito difundido: a tradução como exercício de “substituição do material textual de uma língua pelo material textual equivalente em outra língua” (CATFORD, 1980, p. 22).

Em relação a Eugene Nida, Arrojo faz referência à conhecida metáfora por ele construída, com relação à prática da tradução, em meados da década de 1970. Em seu livro *Language structure and translation* (1975), Nida compara a tarefa de traduzir à carga colocada para transporte em vagões, isto é, o que for colocado no ponto de partida deverá chegar da mesma forma ao destino, não importando o conteúdo.

A partir das reflexões de Catford e Nida, outros teóricos pensaram a prática tradutória. Aqui, considerarei mais especificamente dois estudiosos – Stanley Fish e Jaques Derrida - tomando como base o capítulo *Ambivalência e Conflito* do livro *Tradução e Diferença*, de Cristina Carneiro Rodrigues.

A primeira noção que quero introduzir nesta parte do trabalho é a de ‘comunidade interpretativa’ de Stanley Fish. Um tradutor, ao exercer seu trabalho de traduzir e interpretar, não importa o gênero, o fará com base na sua visão de mundo, na sua experiência do contexto que o cerca, fato que afetará o seu modo de pensar o texto e interpretar. Assim, o texto a ser traduzido resultará da sua leitura a partir do meio em que está inserido.

Se o significado está inserido no texto, as responsabilidades do leitor limitam-se ao trabalho de retirá-lo; mas, se o significado se modifica, e se se altera em uma relação dinâmica com as expectativas do leitor... essas atividades (as coisas que o leitor *faz*) não são meramente instrumentais ou mecânicas, mas essenciais, e o ato de sua descrição precisa tanto começar quando terminar com elas. (FISH, 1980, p. 2-3, apud RODRIGUES, 2000, p. 181)

Como nenhum texto traz um significado inscrito, o trabalho de traduzir exige interpretação, ao contrário de uma ação mecânica de mero transporte de palavras. Na condição de leitores/intérpretes de textos, trazemos nossas experiências e vivências que emergem no ato da leitura e são assimiladas no processo de interpretação e de construção do novo texto. As estratégias que os tradutores usam para compor e construir seus textos não são unicamente suas, mas da sua comunidade interpretativa que lhes fornece todo o aparato de informações, de reflexões e exemplos que afetarão sua tarefa.

Para contrapor a possibilidade da equivalência apresentada acima, apresento alguns conceitos formulados por Jacques Derrida no que concerne o exercício da tradução e o processo que o envolve. Para o filósofo francês, traduzir significa “trabalhar com textos, ou seja, lê-los e produzi-los” (RODRIGUES, 2000, p. 193), reflexão que se opõe ao que era tido como norma anteriormente, isto é, que a tradução era apenas a transferência total de significados de uma língua para outra.

O ponto de origem torna-se inalcançável. Há coisas, águas e imagens, uma remessa infinita de uns aos outros mas sem nascente. Não há mais uma origem simples, pois o que é refletido desdobra-se em si mesmo e não só como adição a si de sua imagem. O reflexo, a imagem, o duplo desdobra o que ele reduplica. A origem da especulação torna-se uma diferença. O que se pode ver não é o uno e a lei da adição da origem à sua representação, da coisa à sua imagem, é

que um mais um fazem pelo menos três. (DERRIDA, 1967/1973, p. 44-5 apud RODRIGUES, 2000, p. 196)

O que Derrida expõe acima é a impossibilidade de se chegar à origem dos significados das palavras que muitos insistem em defender. Para ele, o que existe não é uma fonte imaculada, intocável e inatingível, mas um desdobramento de tudo o que, anteriormente, esteve em evidência em relação a outros fatores anteriores a estes e assim sucessivamente. Uma palavra remete a outra que remete a muitas outras a esta e, nesse jogo atemporal, constrói-se o que temos hoje como produção textual, rica e vasta de significados e contextos diversos. Podemos comparar a reflexão de Derrida a um *GIF*, do inglês *Graphics Interchange Format*, que representa, grosso modo, um “pedaço” de um certo vídeo no formato de uma imagem em movimento, repetindo-se, nela mesma, eternamente, até que sua execução seja interrompida.

Uma palavra traz consigo elementos prévios de outro momento da história em que ela estava inserida, e tal momento histórico se construiu de outros momentos anteriores a esse. Portanto, é impraticável querer traduzir de uma única forma uma determinada palavra, uma vez que ela carrega em si tantas outras palavras de tantos outros textos e contextos pré-existentes, tornando inviável pensar-se a atividade tradutória com base em conceitos como equivalência e originalidade.

A diferença inaudita entre o aparecendo e o aparecer (entre o “mundo” e o “vivido”) é a condição de todas as outras diferenças, de todos os outros rastros, e *ela já é um rastro*. Assim, este último conceito é absolutamente e de direito “anterior” a toda problemática *fisiológica* sobre a natureza do engrama ou *metafísica* sobre o sentido da presença de que o rastro se dá, desta forma, a decifrar. O rastro é verdadeiramente a origem absoluta do sentido em geral. O que vem afirmar mais uma vez, que não há origem absoluta do sentido em geral. (DERRIDA, 1967/1973, p. 79-80, apud RODRIGUES, 2000, p. 199)

A citação de Derrida me remete à construção do preconceito. Tomando como base a ideia de rastro, que se constitui, ele mesmo, de rastros anteriores, podemos pensar que o preconceito se constitui de muitos outros preconceitos que, de tão enraizados, ainda são fortes na nossa cultura machista, hétero-normativa, branca, dominante.

Como última parte da fundamentação teórica que compõe este trabalho, gostaria de mencionar um conceito a que recorrerei para compor a monografia – a apropriação –, adaptando-o à tradução crítica. O conceito emergiu com o Dadaísmo, movimento literário que “surgiu com a clara intenção de destruir todos os sistemas e códigos

estabelecidos no mundo da arte. Portanto, trata-se de um movimento antipoético, antiartístico, antiliterário, visto que questiona até a existência da arte, da poesia e da literatura”. Após o Dadaísmo, o termo apropriação volta a ser usado na década de 1960, quando surge a *pop art*, tendo como um dos mais conhecidos artistas do movimento, Andy Warhol, que retratava qualquer objeto do cotidiano de maneira artística, dispondo-os juntos e não sistematizados para mostrar o quão não-linear a arte pode ser.

Os artistas que trabalham nesse tipo de produção estão interessados em estabelecer um corte com o cotidiano usando os próprios elementos que povoam nosso cotidiano. Ao invés de *representarem*, eles *re-apresentam* os objetos em sua estranheza. (SANT’ANNA, 2003, p. 45)

Afonso Romano de Sant’Anna (2003) traz à tona a apropriação como um novo conceito na crítica literária, também chamado de *assemblage* (reunião, ajuntamento): “mais do que retratar, o artista coleciona, cata símbolos do cotidiano e agrupa isto sobre um suporte. É uma crítica da ideologia, um retrato industrial do tempo” (SANT’ANNA, 2003, p. 44).

Nesta monografia, na condição de tradutor, irei me apropriar do texto de Leelah e suplementar o texto traduzido com uma colagem de elementos retirados de notícias do nosso cotidiano operada sobre um texto que, lamentavelmente, tornou-se parte do cotidiano, reconstruindo a triste realidade de um sujeito trans que viu na morte a única solução para pôr fim ao longo processo de desamor por parte da entidade que deveria ser a primeira a garantir-lhe amor: a família. As notícias jornalísticas são os meus elementos do cotidiano, aqui compreendidos e analisados como textos suplementares à carta. Pretendo “desarrumar, inverter, interromper a normalidade cotidiana e chamar a atenção para alguma coisa” (SANT’ANNA, 2003, p. 45), isto é, enfatizar a conscientização com relação a uma problemática grave, que historicamente se estende desde os tempos do “Brasil colônia, em que a homossexualidade era chamada de sodomia e era classificada como crime de lesa-majestade, punido na fogueira”. (Jornal Folha de São Paulo, C6 Ilustrada, 13 de abril de 2016). Os acusados de práticas homossexuais eram presos e enviados para Lisboa, onde eram julgados e queimados vivos.

Hoje, embora os transgêneros e os indivíduos LGBTTs não sejam proscritos geograficamente, são objeto de preconceito e, muitas vezes, de violência física e chacota. Esta monografia, por meio da tradução de um texto que nos aproxima de um

grave problema social, configura, pois, um documento de denúncia e uma pequena expressão de luta.

2.2 Hibridismo e Transgênero

Em suas reflexões sobre o hibridismo, Homi Bhabha (1994) estabelece dois caminhos: o da condição e o do processo. Sobre o primeiro, o teórico afirma que o hibridismo é uma condição proveniente de um discurso colonial, ou seja, o que detém maior poder (o colonizador) subjuga o que não possui poder ou voz (o colonizado). Sendo assim, este último estará condicionado a ser diminuído, silenciado e excluído. Já no segundo caminho, Bhabha relaciona o hibridismo a um processo de negociação cultural, isto é, o que a cultura ou a sociedade impuser e ditar sobre o que seja certo ou errado deverá ser obedecido, ao longo de um processo de assimilação cultural, pelos integrantes daquela comunidade “natural” e silenciosamente, sem que ofereçam resistência contra o que já é pré-determinado.

A sociedade dita as regras e é dever dos sujeitos seguirem-nas. A norma, na condição de autoridade cultural e colonial, nas palavras de Bhabha, é ameaçada por aqueles que não seguem os padrões e princípios pré-estabelecidos por ela, no que diz respeito a uma conduta “normal” de vivência. É neste cenário que entram aqueles que transgridem essa autoridade dominante, e que não seguem a mesma linha de pensamento de ordem hegemônica e “pura”, negando este estado mandatário por, simplesmente, serem diferentes, ainda que as normas sejam aleatórias, por princípio.

Os híbridos não estão nem no lugar que é considerado o correto, o dominante e o puro, como também não estão no lado oposto, isto é, no espaço considerado impuro e incorreto. Encontram-se em um lugar à parte, um terceiro lugar, segundo Bhabha, em que são obrigatoriamente enxergados como ameaça ao equilíbrio social, na condição de ambíguos. Por isso, são alvo maior de represálias e negativismo.

É o Terceiro Espaço que, embora em si irrepresentável, constitui as condições discursivas da enunciação que garantem que o significado e os símbolos da cultura não tenham unidade ou fixidez primordial e que até os mesmos signos possam ser apropriados, traduzidos, re-historicizados e lidos de outro modo. (BHABHA, 1996, p. 68).

Bhabha discute, aqui, um paradoxo que existe em relação à não-representabilidade do híbrido que aniquila de uma vez o pensamento unitário e fixo no que diz respeito à polarização.

Parto, aqui, do conceito de hibridismo, mencionado acima, aplicado pelo teórico às nacionalidades, etnias e raças diferentes, e o desloco às reflexões sobre gênero na medida em que Bhabha entende o hibridismo como uma ameaça aos processos normativos que buscam estabelecer fronteiras entre diferentes identidades. Em outras palavras, farei uma apropriação do termo usado pelo teórico indiano, um dos mais destacados nomes no desenvolvimento de conceitos como hibridismo, mímica, diferença e equivalência, uma vez que são termos empregados às formas que os povos colonizados adotaram para resistir ao poder colonizador. Penso que, os mesmo conceitos, de uma forma ou de outra, podem ser usados nas reflexões a propósito de gênero, especificamente sobre o transgênero, contemplado nesta monografia.

Os transgêneros são sujeitos socialmente marginalizados, por serem portadores, de acordo com os padrões hétero-normativos da sociedade, de uma ambivalência, uma incerteza, uma impossibilidade de se definirem nas categorias preconizadas e polarizadas: homem e mulher. São considerados uma afronta ao que deve e pode ser aceito no âmbito social, tanto pela supremacia normativa heterossexual masculina, quanto em relação aos padrões hétero-normativos femininos. Um garoto transgênero – indivíduo que nasce com características físicas masculinas, mas que se sente como uma mulher por dentro, será considerado socialmente inadequado, assim como uma garota transgênero, que nasceu com as características físicas femininas, mas se sente como um homem por dentro.

Entretanto, os defensores dos padrões convencionais parecem não entender que os transgêneros não querem ocupar o lugar dos cisgêneros, ou seja, dos que nasceram homens e se sentem bem com suas características masculinas, nem dos que nasceram mulheres e permanecem mulheres, com a total aceitação e compatibilidade entre o corpo exterior e o interior. O hibridismo dos transgêneros, retomando os dois caminhos propostos por Homi Bhabha acima, nos apresenta uma condição de desvio em relação aos padrões hétero-normativos, detentor de maior poder, que subjuga, diminui, silencia e exclui aquele que não atende às suas determinações. Retomamos o segundo caminho estabelecido pela reflexão de Bhabha que implica um processo de negociação cultural, isto é, aquilo que a cultura ou a sociedade impuser e ditar sobre o que seja certo ou

errado deverá ser obedecido, levando o transgênero ao constante recalque de sua condição, sem que seja oferecida qualquer resistência.

É interessante observar que as fronteiras de identidade relacionadas ao gênero, estabelecidas pelo centro hétero-normativo, ignoram que a constituição de identidades é artificial. Dessa forma, é fácil concluir que, diante da artificialidade das imposições, não há cruzamento de fronteiras identitárias. Recorro, pois, a Tadeu da Silva, quando enfatiza a problemática da questão da artificialidade das identidades, do estar e do cruzar de fronteiras.

Ao chamar atenção para o caráter cultural e construído do gênero e da sexualidade, a teoria feminista e a teoria *queer* contribuem, de forma decisiva, para o questionamento das oposições binárias – masculino/feminino, heterossexual/homossexual – nas quais se baseia o processo de fixação das identidades de gênero e das identidades sexuais. A possibilidade de “cruzar fronteiras” e de “estar na fronteira”, de ter uma identidade ambígua, indefinida, é uma demonstração do caráter “artificialmente” imposto das identidades fixas. O “cruzamento de fronteiras” e o cultivo propositado de identidades ambíguas é, entretanto, ao mesmo tempo uma poderosa estratégia política de questionamentos das operações de fixação da identidade. A evidente artificialidade da identidade das pessoas travestidas e das que se apresentam como *drag queens*, por exemplo, denuncia a – menos evidente – artificialidade de *todas* as identidades. (SILVA, 2000, p. 89)

Reforço e enfatizo, aqui, que o que foi exposto acima sobre “a artificialidade da identidade de pessoas travestidas e das *drag queens* que denuncia a artificialidade de todas as identidades” se aplica, também, mais especificamente, aos transgêneros, ponto importante de discussão do presente trabalho.

As identidades hegemônicas, leia-se, aquelas que preconizam a hétero-normatividade, sentem-se ameaçadas por estarem diante de um processo que coloca em xeque seu binarismo sexual – masculino e feminino – e traz à tona a reflexão sobre a completa artificialidade de todas as identidades, e a confirmação da inexistência de uma identidade única.

O processo de assumir e entender uma condição trans, seja homem ou mulher, é algo extremamente complexo, pois requer coragem por parte do sujeito de se enxergar como é e, conseqüentemente, fazer com que os outros o/a enxerguem como tal. Numa sociedade bastante preconceituosa e que se defende por meio do escárnio, do ódio gratuito, criando estereótipos propagados há muito tempo, torna-se necessária a resistência e a ruptura com os processos de dominação hétero-normativa.

Julgar a imagem estereotipada com base em uma normatividade política prévia é descartá-la, não deslocá-la, o que só é possível ao se lidar com sua eficácia, com o repertório de posições de poder e resistência, dominação e dependência, que constrói o sujeito da identificação colonial (tanto colonizador como colonizado). [...] Para compreender a produtividade do poder colonial é crucial construir o seu regime de verdade e não submeter suas representações a um julgamento normatizante. Só então se torna possível compreender a ambivalência *produtiva* do objeto do discurso colonial – aquela “alteridade” que é ao mesmo tempo um objeto de desejo e escárnio, uma articulação da diferença contida dentro da fantasia da origem e da identidade. O que essa leitura revela são as fronteiras do discurso colonial, permitindo uma transgressão desses limites a partir do espaço daquela identidade. (BHABHA, 1996, p. 106)

Expandindo a reflexão de Bhabha, portanto, antes de julgar e estereotipar, é preciso que haja uma reflexão, um entendimento e uma compreensão por parte de quem é segregado e subjugado – o transgênero – a um poder maior e dominante e heteronormativo, por parte daqueles cujos discursos são extremamente normatizantes.

Em uma sociedade, talvez até para tornar mais fácil o controle social, o pensamento dominante é o das bipolaridades, o das dicotomias, como por exemplo, “o homem e a mulher”, “o negro e o branco”, “o pobre e o rico”, “o masculino e o feminino”, havendo uma obsessiva necessidade de grande parte dos sujeitos de pertencerem a um dos polos de tais dualidades, como se tivessem passado por uma espécie de carimbo de afirmação, que lhes transmite força social. Sobre isso, Tomaz Tadeu da Silva (2000) exemplifica:

Numa sociedade em que impera a supremacia branca, por exemplo, “ser branco” não é considerado uma identidade étnica ou racial. Num mundo governado pela hegemonia cultural estadunidense, “étnica” é a música ou a comida dos outros países. É a sexualidade homossexual que é “sexualizada”, não a heterossexual. A força homogeneizadora da identidade normal é diretamente proporcional à sua invisibilidade. (SILVA, 2000, p. 83)

A citação demonstra que há uma relação de dependência entre identidade e diferença. Enquanto houver as identidades masculino e feminino, ditas comuns e fixas, haverá também as diferentes identidades que surgirão a partir das outras pré-existentes, como por exemplo, o transgênero, que, ao mesmo tempo que não pertence nem ao primeiro e nem ao segundo grupo, carrega um pouco das duas identidades em si próprio.

Mulher transgênero foge de El Salvador após perseguição e violência

Crianças transgênero sofrem com problemas psicológicos

Negras Transgênero Enfrentam uma Epidemia de Violência e Assassinatos

PRECONCEITO

Com 600 mortes em seis anos, Brasil é o que mais mata travestis e transexuais



TRANSGÊNERO

Tribunal permite que Lei Maria da Penha seja aplicada para mulheres trans

LBGTQ

CURA GAY?



Transgêneros têm direito a matrícula com nome social

DISCRIMINAÇÃO

GAY

Transgêneros reivindicam nas redes sociais direito de escolher banheiro

LÉSBICA



CRISE



Suicídio de adolescente transgênero nos EUA

Aluna transgênero usa banheiro feminino e é repudiada

Menino consegue na Justiça mudar para gênero feminino e trocar de nome

3. Tradução do bilhete de suicídio de Leelah Alcorn

Nesta parte da monografia, trago o bilhete escrito por Leelah Alcorn na íntegra e em duas versões: inglês e sua tradução em português. Ele se apresenta de forma integral, porém dividido em partes, a fim de possibilitar a visualização das soluções tradutórias. Os fragmentos estão separados pelos títulos das notícias jornalísticas, que compõem o anexo e concernem os indivíduos transgêneros, travestis e transexuais vítimas de violência e preconceito, como também as suas tímidas, mas significativas, conquistas.

<i>If you are reading this, it means that I have committed suicide and obviously failed to delete this post from my queue.</i>	Se você está lendo este texto, significa que eu cometi suicídio e, obviamente, falhei em apagar esta postagem do meu arquivo.
--	---

Suicídio de adolescente transgênero nos EUA

<i>Please don't be sad, it's for the better. The life I would've lived isn't worth living in... because I'm transgender. I could go into detail explaining why I feel that way, but this note is probably going to be lengthy enough as it is. To put it simply, I feel like a girl trapped in a boy's body, and I've felt that way ever since I was 4. I never knew there was a word for that feeling, nor was it possible for a boy to become a girl, so I never told anyone and I just continued to do traditionally "boyish" things to try to fit in.</i>	Por favor não fique triste, é melhor assim. A vida que eu iria viver não valeria a pena... porque sou transgênero. Eu poderia entrar em detalhes, explicando porquê me sinto assim, mas este bilhete provavelmente será longo o bastante do jeito que está. Para simplificar, eu me sinto uma garota presa em um corpo de um garoto, e me sinto assim desde que tinha 4 anos. Nunca soube que havia uma palavra para essa sensação, nem que era possível para um garoto se tornar uma garota, então eu nunca contei a ninguém e simplesmente continuei a fazer coisas tradicionalmente "de garotos" para tentar me encaixar.
---	--

Crianças transgênero sofrem com problemas psicológicos

<p><i>When I was 14, I learned what transgender meant and cried of happiness. After 10 years of confusion I finally understood who I was. I immediately told my mom, and she reacted extremely negatively, telling me that it was a phase, that I would never truly be a girl, that God doesn't make mistakes, that I am wrong. If you are reading this, parents, please don't tell this to your kids. Even if you are Christian or are against transgender people don't ever say that to someone, especially your kid. That won't do anything but make them hate them self. That's exactly what it did to me.</i></p>	<p>Quando eu tinha 14 anos, aprendi o que transgênero significava e chorei de alegria. Depois de 10 anos de confusão, finalmente entendia quem eu era. Imediatamente contei à minha mãe, e ela reagiu de maneira extremamente negativa, me dizendo que era uma fase, que eu nunca seria uma garota de verdade, que Deus não comete erros, que quem estava errada era eu. Se você estiver lendo este texto, e for pai ou mãe, <i>por favor</i> não diga isso a seus filhos. Mesmo se forem cristãos ou contra transgêneros, não digam isso jamais a alguém, principalmente a seu filho. Isso apenas fará com que eles se odeiem. Foi exatamente o que aconteceu comigo.</p>
--	--

Com 600 mortes em seis anos, Brasil é o que mais mata travestis e transexuais

<p><i>My mom started taking me to a therapist, but would only take me to christian therapists, (who were all very biased) so I never actually got the therapy I needed to cure me of my depression. I only got more christians telling me that I was selfish and wrong and that I should look to God for help.</i></p>	<p>Minha mãe começou a me levar a um terapeuta, mas me levava somente a terapeutas cristãos (eram todos muito tendenciosos), então na verdade eu nunca fiz a terapia que eu precisava para me curar da minha depressão. Eram só mais cristãos me dizendo que eu era egoísta, que eu estava errado e que deveria buscar a ajuda de Deus.</p>
--	---

Negras Transgênero Enfrentam uma Epidemia de Violência e Assassinatos

<p><i>When I was 16 I realized that my parents would never come around, and that I would have to wait until I was 18 to start any sort of transitioning treatment, which absolutely broke my heart. The longer you wait, the harder it is to transition. I felt hopeless, that I was just going to look like a man in drag for the rest of my life. On my 16th birthday, when I didn't receive consent from my parents to start transitioning, I cried myself to sleep.</i></p>	<p>Quando fiz 16 anos, percebi que meus pais jamais mudariam de opinião, e que eu teria de esperar até completar 18 anos para começar qualquer tipo de tratamento de transição, o que me partiu completamente o coração. Quanto mais se espera, mais difícil fica para mudar de gênero. Eu ficava desesperada, só de imaginar que teria que parecer um hétero pelo resto da minha vida. No meu aniversário de 16 anos, como meus pais me negaram o consentimento para começar o processo de transição, chorei até dormir.</p>
---	---

Aluna transgênero usa banheiro feminino e é repudiada

<p><i>I formed a sort of a "fuck you" attitude towards my parents and came out as gay at school, thinking that maybe if I eased into coming out as trans it would be less of a shock. Although the reaction from my friends was positive, my parents were pissed. They felt like I was attacking their image, and that I was an embarrassment to them. They wanted me to be their perfect little straight christian boy, and that's obviously not what I wanted.</i></p>	<p>Adotei a atitude tipo "foda-se" para com meus pais e me assumi como gay na escola, pensando que isso talvez pudesse amenizar a transição, fazendo-a menos chocante. Embora a reação dos meus amigos tivesse sido positiva, meus pais ficaram irados. Acharam que eu estava afrontando, e que eu era uma vergonha para eles. Queriam que eu fosse o garotinho cristão hétero, perfeitinho, e, obviamente, não era isso que eu queria.</p>
--	---

Mulher transgênero foge de El Salvador após perseguição e violência

<p><i>So they took me out of public school, took away my laptop and phone, and forbid me of getting on any sort of social media, completely isolating me from my friends. This was probably the part of my life when I was the most depressed, and I'm surprised I didn't kill myself. I was completely alone for 5 months. No friends, no support, no love. Just my parent's disappointment, and the cruelty of loneliness.</i></p>	<p>Então eles me tiraram da escola pública, pegaram meu laptop e celular, e me proibiram de continuar qualquer contato com as redes sociais, me isolando completamente dos meus amigos. Esse foi provavelmente o momento em que fiquei mais depressiva, e fico surpresa que não tenha me matado. Fiquei completamente sozinha durante 5 meses. Sem amigos, sem apoio, sem amor. Só a decepção dos meus pais e a crueldade da solidão.</p>
--	---

Transgêneros reivindicam nas redes-sociais direito de escolher banheiro

<p><i>At the end of the school year, my parents finally came around and gave me my phone and let me back on social media. I was excited, I finally had my friends back. They were extremely excited to see me and talk to me, but only at first. Eventually they realized they didn't actually give a shit about me, and I felt even lonelier than I did before. The only friends I thought I had only liked me because they saw me five times a week.</i></p>	<p>Ao fim do ano escolar, meus pais finalmente cederam, me devolveram meu celular e me deixaram voltar para as redes sociais. Fiquei animada. Finalmente tinha meus amigos de volta. Eles ficaram muito contentes em me ver e falar comigo, mas apenas no começo. Finalmente, perceberam que na verdade não ligavam a mínima para mim, e eu me senti ainda mais solitária do que antes. Os únicos amigos que achei que tivesse, gostavam de mim porque só me viam 5 vezes por semana.</p>
--	---

Transgêneros têm direito a matrícula com nome social

<p><i>After a summer of having almost no friends plus the weight of having to think about college, save money for moving out, keep my grades up, go to church each week and feel like shit because everyone there is against everything I live for, I have decided I've had enough. I'm never going to transition successfully, even when I move out. I'm never going to be happy with the way I look or sound. I'm never going to have enough friends to satisfy me. I'm never going to have enough love to satisfy me. I'm never going to find a man who loves me. I'm never going to be happy. Either I live the rest of my life as a lonely man who wishes he were a woman or I live my life as a lonelier woman who hates herself. There's no winning. There's no way out. I'm sad enough already, I don't need my life to get any worse. People say "it gets better" but that isn't true in my case. It gets worse. Each day I get worse.</i></p>	<p>Depois de um verão praticamente sem nenhum amigo, mais o peso de ter de pensar sobre faculdade, juntar dinheiro para me mudar, manter minhas notas altas, ir à igreja toda semana e me sentir uma merda porque todo mundo lá é contra tudo em que acredito, decidi que já tinha aguentado o bastante. Nunca vou fazer a transição com sucesso, mesmo quando sair de casa. Nunca vou ser feliz com o jeito que me tenho ou falo. Nunca vou ter amigos suficientes. Nunca vou ter amor o bastante. Nunca vou encontrar um homem que me ame. Nunca serei feliz. Mesmo que eu viva o resto da minha vida como um homem solitário desejando que fosse uma mulher, ou que eu viva minha vida como uma mulher ainda mais solitária que se odeia. Não tem jeito. Não há saída. Já sou triste o suficiente. Não preciso que minha vida piore ainda mais. As pessoas dizem que "melhora", mas isso não é verdade no meu caso. Piora. Eu pioro a cada dia.</p>
---	--

Tribunal permite que Lei Maria da Penha seja aplicada para mulheres trans

<p><i>That's the gist of it, that's why I feel like</i></p>	<p>Esse é o problema, por isso quero me</p>
---	---

<p><i>killing myself. Sorry if that's not a good enough reason for you, it's good enough for me. As for my will, I want 100% of the things that I legally own to be sold and the money (plus my money in the bank) to be given to trans civil rights movements and support groups, I don't give a shit which one. The only way I will rest in peace is if one day transgender people aren't treated the way I was, they're treated like humans, with valid feelings and human rights. Gender needs to be taught about in schools, the earlier the better. My death needs to mean something. My death needs to be counted in the number of transgender people who commit suicide this year. I want someone to look at that number and say "that's fucked up" and fix it. Fix society. Please.</i></p>	<p>matar. Desculpem se isso não é uma razão suficiente para vocês, mas para mim é. Sobre meu testamento, quero que 100% das coisas que legalmente possuo sejam vendidas e que o dinheiro (mais meu dinheiro no banco) sejam doados aos movimentos dos direitos civis dos transgêneros e grupos de apoio, não ligo a mínima para qual. Só descansarei em paz quando os transgêneros não forem tratados como eu fui, quando forem tratados como humanos, com sentimentos e direitos. Gênero precisa ser ensinado nas escolas, quanto mais cedo, melhor. Minha morte precisa significar alguma coisa. Minha morte precisa ser incluída no número de transgêneros que cometeram suicídio este ano. Quero que alguém olhe para as estatísticas, diga "que merda isso" e faça alguma coisa. Conserte a sociedade. Por favor.</p>
--	--

Menino consegue na Justiça mudar para gênero feminino e trocar de nome

<p>Goodbye, (Leelah) Josh Alcorn.</p>	<p>Adeus, (Leelah) Josh Alcorn.</p>
--	--

4. Considerações Finais

Considero esta monografia, tomando as palavras de minha orientadora professora Elizabeth Ramos, uma terapia. Nos mais diversos sentidos. Alguns assuntos, pessoais inclusive, vieram à tona em algumas discussões sobre os procedimentos que seriam tomados para a realização deste trabalho, o que fez com que eu produzisse várias reflexões, trazendo algumas delas agora para o papel.

Enquanto escrevo esta última e singela parte do trabalho, ouço músicas da cantora transgênero Antony Hegarty, cuja banda leva seu primeiro nome, *Antony and the Johnsons*. Mais recentemente, o cantor passou a atender pelo nome feminino Anohni, que já constará em seu próximo álbum de estúdio. Essas canções fazem parte do show *Turning*, documentário de mesmo nome (*Turning: A Film by Charles Atlas and Antony*) produzido por ela em parceria com o artista visual Charles Atlas, em que treze artistas, mulheres, modelos, lésbicas e transexuais que aparecem no concerto, dispõem-se em uma pilastra giratória, que é exibida enquanto Antony faz sua performance.

As canções me fazem refletir sobre mim mesmo, na condição de homossexual, não-pertencente aos padrões hétero-normativos ditados por nossa sociedade ainda preconceituosa, cruel e injusta e por tudo o que passei até chegar onde estou, ainda esbarrando em obstáculos e pedregulhos ao longo do meu caminho. Pensando além da minha pessoa, me vem à mente Leelah, personagem do bilhete traduzido para esta monografia: Leelah não conheceu o amor, apenas dor, sofrimento, exclusão familiar, morte. Muito do que ela passou, eu vivi, meus amigos viveram, conhecidos meus e outros milhões de desconhecidos vivenciaram e vivem. A julgar pelo atual quadro de representantes políticos que formam nosso Congresso Nacional, a situação dos LGBTQ no Brasil, o pensamento de excluir o que é diferente irá persistir.

A discussão crítica instaurada nesta monografia deriva de uma tradução. A princípio, seria apenas uma tradução interlingual, que rapidamente foi se transformando em tradução intersemiótica, estabelecendo diálogos entre o texto de partida e a pintura – no quadro de Munch –, a música – na canção de Anohni – e na interlocução com o gênero de escrita jornalística. As relações intertextuais mostram, claramente, que a problemática do tema apresentado não é particular de um sujeito ou de um grupo de sujeitos. Estamos diante de um problema social delicado e sério, que os Estudos da Tradução permitem abordar.

No entanto, o assunto que permeia o meu trabalho, transgênero, não está relacionado apenas com a tristeza. De acordo com o site HuffPost Brasil, a presidente Dilma Rousseff assinou no último dia 28 de abril de 2016, decreto que permite ao público LGBTQ do funcionalismo público federal usar o nome social nos crachás de trabalho. A medida é voltada especialmente aos travestis e transexuais que possuem e preferem ser chamados pelos prenomes diferentes daqueles registrados em suas carteiras de identidade. O que isso representa? Uma vitória para esses sujeitos que mais sofrem represálias por parte da sociedade apenas por se apresentarem como se sentem, por diferentes nomes, porém mesmos sentimentos. Vitória tardia, mas importante para o pontapé inicial necessário para se avançar na busca pelos seus direitos de seres humanos.

Para aproximar ainda mais da nossa realidade soteropolitana em relação à discussão sobre diversidade e gênero no âmbito educacional, a UFBA, juntamente com professores/as, estudantes e diversas entidades, participou do ato “Vai ter gênero na escola, sim!”, realizado no dia 25 de abril de 2016. Na ocasião, como é relatado na página oficial no Facebook do movimento, foi reivindicada a defesa do respeito e do reconhecimento de diversidade cultural, religiosa, de gênero, sexualidade e etnia como objeto de tratamento didático-pedagógico no currículo dos escolares e na formação de professoras/es. Disso, resultou na criação da Frente Pró-diversidade no Plano Estadual de Educação da Bahia, que se reuniu na Biblioteca Central da UFBA e atuará durante o processo de aprovação do Plano Estadual de Educação nas diferentes instâncias.

As mobilizações em defesa e reconhecimento dos direitos desses sujeitos minoritários da nossa sociedade estão acontecendo, estão tomando forma e corpo e, graças à atuação daqueles que se juntam nessas causas relevantes, estão causando barulho e conscientizando aqueles que ainda se opõem aos que se desviam do padrão imposto pela hegemonia hétero-normativa.

É preciso evitar que o fim trágico que Leelah buscou como única e irremediável solução ao seu longo e doloroso sofrimento aconteça a muitas outras Leelahs, Laertes, Anohnis, a mim, a você leitor LGBTQ, ou não, que esteja lendo este trabalho.

“[...] Quero que alguém olhe para as estatísticas, diga ‘que merda isso’ e faça algo a respeito. Consertem a sociedade. Por favor”.

REFERÊNCIAS

- ARROJO, Rosemary. *Oficina de Tradução: a teoria na prática*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 2003.
- CATFORD, J. C. *Uma teoria linguística da tradução*. São Paulo, Cultrix, 1980.
- DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. Baltimore and London, The Johns Hopkins University Press, 1967/1973.
- FERREIRA, Luísa Damulakis Sanches Ferreira. “Reflexos Paralelos: desdobramentos identitários da representação hispânica nos Estados Unidos”. Dissertação de Mestrado defendida em 14.04.2016. Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (UFBA).
- NIDA, Eugene. *Language structure and translation*. California, Stanford University Press, 1975.
- RAJEWSKY, Irina. A fronteira em discussão: o status problemático das fronteiras midiáticas no debate contemporâneo sobre intermedialidade. IN: DINIZ, Thaís Flores Nogueira, VIEIRA, André Soares Vieira (Org.). *Intermedialidades e Estudos Itinerantes: Desafios da Arte Contemporânea*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2012.
- RODRIGUES, Cristina Carneiro. *Tradução e diferença*. 1ª reimpressão. São Paulo: UNESP, 2000.
- SANT’ANNA, Affonso Romano de. *Paródia, paráfrase & cia*. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2003.
- TADEU DA SILVA, T. A produção social da identidade e da diferença. IN: TADEU DA SILVA; T. HALL, S.; WOODWARD, K. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 73-102.

ANEXO

Suicídio de adolescente transgênero nos EUA

A adolescente transexual Taylor Alesana, 16 anos, cometeu suicídio após bullying que sofria na Califórnia, denunciado através do seu canal no YouTube no qual publicava seus vídeos. De acordo com o site G1, a morte da jovem levanta questões sobre o que educadores podem e devem fazer para dar suporte a estudantes transexuais.

O Centro de Pesquisa LGBTQ de North County afirma que Taylor sofria ataques constantes de seus colegas e que morreu na semana passada.

“Com poucos adultos a quem recorrer e sem nenhum apoio da escola, sua vida ficou muito difícil; Taylor era uma garota bonita e corajosa, e tudo o que ela queria era ser aceita.”, relata o diretor do centro.

A jovem participava de reuniões no grupo, disse o diretor do centro, Max Disposti. Ela havia publicado uma série de vídeos na internet nos quais mostrava tutoriais de maquiagem e falava sobre suas questões internas.

No seu primeiro vídeo, postado em outubro de 2014, ela disse que o bullying de seus colegas de escola começou depois que ela revelou sua bissexualidade:

“Eu tenho medo por todos que são apenas um pouco diferentes. Eles sabem como é o bullying”.

Com a mudança recente da família para Fallbrook, uma cidade de 30 mil habitantes, ela passou a viver integralmente como uma garota. Eventualmente, ela se encontrou com colegas nestas condições, e assim começaram os ataques.

Disposti coloca ainda que, mesmo Taylor tendo um bom relacionamento com o conselheiro da escola, os administradores da instituição de ensino definitivamente não tomaram as providências necessárias.

Disponível em: <http://transexuaisp.com.br/suicidio-de-adolescente-transgenero-nos-eua/> (Acesso em: 8 de Maio de 2016)

Crianças transgênero sofrem com problemas psicológicos

23 de fevereiro de 2012 ([Bibliomed](#)). Crianças transgênero (que sentem que o seu sexo biológico não é equivalente ao seu gênero verdadeiro) podem sofrer sintomas psiquiátricos fortes, enfrentando problemas como a depressão e tentativas de suicídio.

Pesquisas realizadas nos Estados Unidos mostram que essa parcela da população sofre com níveis assustadoramente altos de problemas mentais. Um estudo realizado em 2010 mostrou que 41% dos transgêneros americanos já haviam tentado o suicídio.

Coisas que podem provocar esses problemas são a estigmatização social e a discriminação, que podem se originar tanto dentro quanto fora da família do indivíduo. Além dessas questões, o próprio estresse emocional da diferença sexual entre corpo e mente também pode ser um fator depressivo.

Existem tratamentos que podem ajudar essas crianças a passarem pelas dificuldades comuns a essa situação. Mas sem a ajuda dos pais e de profissionais, existem chances muito altas de que essas crianças demonstrem níveis altos de problemas psiquiátricos.

“Indivíduos que não são transgênero não dão valor a como a vida deve ser quando nossas mentes e corpos são incongruentes um com o outro”, explica o pesquisador Scott Leibowitz, que atende crianças transgênero no Children’s Hospital Boston (EUA). “Pessoalmente, eu já vi tantas crianças que vivenciaram níveis tão altos de angústia com as mudanças de seus corpos que isso prejudica seu funcionamento social e emocional. Sem tratamento, muitas dessas crianças estão propensas a distúrbios psiquiátricos, incluindo depressão, suicídio, automutilação, ansiedade”, completa.

Disponível em: <http://www.boasaude.com.br/noticias/9616/criancas-transgenero-sofrem-com-problemas-psicologicos.html> (Acesso em: 8 de Maio de 2016)

Com 600 mortes em seis anos, Brasil é o que mais mata travestis e transexuais

O Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo. Entre janeiro de 2008 e março de 2014, foram registradas 604 mortes no país, segundo pesquisa da organização não governamental (ONG) Transgender Europe (TGEU), rede europeia de organizações que apoiam os direitos da população transgênero.

“Infelizmente, são pouquíssimas [transexuais e travestis] que conseguem passar dos 35 anos de idade e envelhecer. Quando não são assassinadas, geralmente acontece alguma outra fatalidade”, conta Rafaela Damasceno, transexual que luta pelos direitos dessa população.

Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil, publicado, em 2012, pela Secretaria de Direitos Humanos (hoje Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos) apontou o recebimento, pelo Disque 100, de 3.084 denúncias de violações relacionadas à população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros), envolvendo 4.851 vítimas. Em relação ao ano anterior, houve um aumento de 166% no número de denúncias – em 2011, foram contabilizadas 1.159 denúncias envolvendo 1.713 vítimas.

Segundo o relatório, esses números apontam para um grave quadro de violência homofóbica no Brasil. “Foram reportadas 27,34 violações de direitos humanos de caráter homofóbico por dia. A cada dia, durante o ano de 2012, 13,29 pessoas foram vítimas de violência homofóbica”, diz o documento.

O relatório mostra que, em 2012, 71% das vítimas eram do sexo masculino e 20% do sexo feminino. Algumas vítimas não declararam sexo.

As violências psicológicas foram as mais reportadas, com 83,2% do total, seguidas de discriminação, com 74,01%; e violências físicas, com 32,68%.

Entre as violências físicas, as lesões corporais foram as mais reportadas, com 59,35%, seguidas por maus-tratos, com 33,54%. As tentativas de homicídios totalizaram 3,1%, com 41 ocorrências, enquanto assassinatos contabilizaram 1,44% das denúncias, com 19 ocorrências.

Além dos dados coletados no Disque Direitos Humanos (Disque 100), o relatório também incluiu informações sobre violações publicadas em veículos de comunicação.

Em 2012, foram divulgadas na mídia 511 violações contra a população LGBT, destas 310 foram homicídios. De acordo com o documento, as travestis foram as maiores vítimas de violência homofóbica, sendo 51,68% do total; seguidas por gays (36,79%), lésbicas (9,78%), heterossexuais e bissexuais (1,17% e 0,39% respectivamente).

“A invisibilização e o desconhecimento das transexuais espelha se também na subnotificação nos meios midiáticos, onde não se encontraram notícias relacionadas a essa parcela da população”, diz o relatório.

Na imprensa, a violência física à população LGBT é a mais relatada, com 74,56%; seguida pelas discriminações (8,02%), violências psicológicas (7,63%) e violência sexual (3,72%).

Entre as violências físicas, os homicídios são os mais noticiados, com 74,54%, seguidos por lesões corporais (10,76%), latrocínios (6,82%) e tentativas de homicídio (7,87%).

De acordo com o documento, 54,19% das vítimas eram do sexo masculino e 40% eram travestis.

Subnotificação

Para a presidenta da Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (Antra), Cris Stefanny, os casos de violência contra essa população são subnotificados. “Grande parte das mulheres trans e travestis não têm acesso à informação e aos meios de comunicação. E elas não denunciam. Há poucos dados reais sobre essa violência, que é velada”, afirma.

Para a ativista Chopelly Glaudystton, mulheres transexuais são assassinadas por estimular o machismo nos homens. “Uma mulher transexual é assassinada porque ela estimula o ódio no homem, no machismo do homem, porque na concepção dele você saiu do ser superior e optou pelo ser inferior. Para eles, você merece ser castigada, você merece morrer. Então seu corpo é violado, é assassinado.”

Além da violência física, Chopelly destaca que as transexuais são alvo de violência psicológica constantemente. “Quando uma pessoa olha para você, vê toda a sua transformação, a sua construção e ainda assim o chama de senhor ou não respeita o nome social. O não reconhecimento do gênero que você construiu ao longo dos anos, isso machuca”, conta.

Sociedade

Symmy Larrat, primeira travesti a ocupar a função de coordenadora-geral de Promoção dos Direitos LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) da Secretaria Especial de Direitos Humanos, considera incompreensível o modo como as travestis e transexuais são tratadas na sociedade brasileira.

“Eu tive uma educação pautada no amor, no respeito ao próximo. Me traz estranheza viver num mundo em que as pessoas se olham com esses olhares diferentes, que elas se categorizam a partir de uma genitália, a partir de uma cor, de uma estrutura corporal, a partir de uma maneira de falar.”

A Argentina, por exemplo, tem uma legislação mais avançada e garante a transexuais e transgêneros facilidades na obtenção e troca de documentos – no Brasil para obter uma identidade com nome e gênero com o qual se identifica, transexuais precisam recorrer à Justiça e esperar alguns anos para obter decisão favorável.

Presidenta do Grupo de Resistência de Travestis e Transexuais (Gretas), organização não governamental de São Paulo, Aline Marques afirma que não busca privilégios, mas que quer ser tratada com respeito e dignidade. “Eu sempre carrego a palavra gentileza. Isso é uma coisa tão simples de se fazer, ser gentil com o próximo. O preconceito não nos mata. O que nos mata é o ódio da pessoa que não entende que somos mulheres trans”.

Violência doméstica

As transexuais também querem encontrar mecanismos para que a violência doméstica contra essa população não fique impune. Para isso, elas reivindicam o amparo da Lei Maria da Penha. Na avaliação delas, esse é um passo importante na conquista da igualdade de condições e de direitos.

“A lei, por si só, já garante o respeito ao gênero feminino. Só que quando chega na base, o profissional que está lá, o delegado, a delegada, o juiz, podem não ter a interpretação de reconhecer você como do gênero feminino. E não aplicar a lei. É preciso discutir como isso vai valer na base”, afirma Chopelly Glaudystton, 33 anos.

Um projeto de lei (PL 8032/2014) de autoria da deputada Jandira Feghali (PC do B-RJ) tenta deixar a legislação mais clara e ampliar a proteção da Lei Maria da Penha para transexuais e transgêneros que se identifiquem como mulheres.

No mês de agosto, a relatora da proposta na Comissão de Direitos Humanos, deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), apresentou parecer favorável ao projeto.

Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-11/com-600-mortes-em-seis-anos-brasil-e-o-que-mais-mata-travestis-e> (Acesso em: 8 de Maio de 2016)

Negras Transgênero Enfrentam uma Epidemia de Violência e Assassinatos

Entre outubro de 2013 e o final de setembro deste ano, de acordo com relatórios internacionais reunidos pelo grupo europeu Transrespect versus Transphobia (TvT), 226 pessoas transgênero foram assassinadas no mundo todo. A maioria, mulheres trans negras. Esses números foram reunidos através de notícias e relatórios de organizações parceiras em lugares como Honduras e Tailândia. O site do Transgender Day of Remembrance (TDoF) tem sua própria lista com o nome dos mortos, apresentando cerca de 700 pessoas trans – novamente, a maioria composta por mulheres negras – brutalmente assassinadas nos últimos anos. A lista da TDoF vai até 1970, mas o maior número de homicídios aconteceu entre 2000 e 2012.

As duas listas oferecem um documento horrível de ódio. Nenhum assassinato é agradável, mas os morticínios de mulheres trans tendem a ser particularmente doentios. As vítimas são arrastadas por carros, queimadas vivas, apedrejadas, esfoladas ou – o que é muito comum – espancadas até a morte no meio da rua ou em festas.

Fica claro pelas descrições desses homicídios que mulheres transgênero, especialmente pobres e negras, enfrentam uma epidemia de violência e assassinato.

Quando, alguns meses atrás, em Baltimore, duas negras trans foram mortas com apenas seis semanas de diferença, mulheres trans da comunidade disseram aos repórteres que estavam com medo de sair de casa, temendo tanto o assédio normal da polícia como se tornarem alvos por sua identidade.

"É assustador confiar em alguém", LaSia Wade desabafou ao *Guardian* em agosto. "Aquele motorista de ônibus, ele pode ser o assassino; aquele taxista, ele pode estar olhando para você e pensando: 'É uma mulher transgênero, vou acabar com ela'."

Então, por que a polícia prende mulheres trans que se defendem durante ataques violentos? E por que tantos assassinatos de mulheres trans não só nunca são resolvidos ou sequer investigados propriamente, mas nem mesmo rotulados como crimes de ódio?

"Geralmente, o que se vê são homicídios de mulheres transgênero pobres e negras em que a polícia não responde tão rapidamente quanto deveria e nem com a força que

deveria. Não é apenas uma questão trans, mas uma questão de classe social e cor", afirmou Osman Ahmed, coordenador de pesquisa e educação da National Coalition of Anti-Violence Programs (NCAVP), à VICE.

A NCAVP rastreia dados de violência através de 54 organizações-membros em 24 Estados norte-americanos e no Canadá. Como o Departamento de Justiça americano atualmente não rastreia dados por gênero e orientação sexual, pode ser frustrante tentar reunir estatísticas de homicídio através das agências da lei.

Além disso, o relatório anual do FBI sobre crimes de ódio é inerentemente falho devido à baixa participação. Críticos protestaram em 2011 quando o Estado do Mississippi informou apenas um único caso, uma vez que cidades como Nova York têm divisões próprias para rastrear e investigar crimes do tipo.

"As estatísticas de crimes de ódio que o FBI publica todo ano não formam uma imagem nacional completa", criticou Ahmed, cuja organização trabalha diretamente com as agências do governo para promover a sensibilidade e a prestação de contas no caso de vítimas LGBTQ. "Os números divulgados são muito menores do que o que está realmente acontecendo. Especialmente com mulheres trans pobres negras: elas desaparecem, e não há investigação."

Ahmed diz que esse é um problema com raízes profundas e que tem a ver com o histórico de violência policial contra pessoas trans, além da desconfiança em relação às autoridades dentro da comunidade.

"Mulheres trans negras têm muito mais chances de experimentar violência policial depois de denunciar crimes de ódio", disse Ahmed. "Amigos e familiares das vítimas têm menos probabilidade de abordar a polícia por causa desse tipo de culpabilização da vítima, além de confusão de gênero e transfobia."

Na verdade, quando mulheres trans negras procuram a polícia para denunciar um ataque violento, elas geralmente são acusadas de algum crime e presas.

Como no caso de CeCe McDonald, uma jovem estudante trans negra de Design que foi presa por homicídio culposo. O crime dela? Prestes a ser atacada por um neonazista homofóbico drogado em Minneapolis, McDonald pegou uma tesoura de tecido em sua

bolsa e a segurou na frente do corpo. O agressor correu na direção dela mesmo assim e morreu mais tarde pelo ferimento.

McDonald cumpriu um ano e sete meses de sua sentença de mais de três anos numa prisão masculina, um lugar para onde ela nunca deveria ter sido mandada em primeiro lugar, independentemente de sua condenação. Ela foi libertada por bom comportamento, mas os protestos internacionais e o apoio da atriz Laverne Cox, da série *Orange Is The New Black*, também ajudaram.

Já Eisha Love não teve tanta sorte.

Love e a amiga Tiffany Gooden pararam para abastecer num posto de Chicago; então, alguns homens começaram a gritar ofensas para as duas trans negras. Um deles socou Love no rosto. Depois de perceberem que estavam sob ataque, as duas entraram no carro e tentaram fugir, mas um dos homens bateu na traseira do veículo delas com outro carro enquanto outro agressor tentava abrir a porta do motorista. Apavorada, Love manobrou seu veículo e atropelou um dos agressores, o ferindo seriamente na perna.

As duas escaparam vivas. Mas, quando Love foi à delegacia denunciar o ataque, ela foi presa.

Love continua na cadeia, acusada de tentativa de assassinato. Sua amiga Tiffany Gooden não teve tanta sorte – dois meses depois do ataque, ela foi assassinada no mesmo bairro onde o ataque aconteceu.

A mãe de Gooden contou aos repórteres que a filha vinha sofrendo ameaças. "Disseram que iam matá-la. Disseram que iam acabar com 'ele', porque era 'ele' quem estava dirigindo o carro."

Foi a polícia de Chicago que complicou o caso. Se eles tivessem investigado o ataque a Love e Gooden em vez de jogar a primeira na cadeia, sua amiga poderia estar viva.

De maneira parecida, a polícia de Orange County atrapalhou o caso de assassinato de Zoraida Reyes em junho: primeiro, dizendo que não havia sinais de crime apesar de o corpo dela ter sido encontrado numa lixeira, atrás de uma lanchonete; depois, se recusando a reconhecer a morte como um crime de ódio (após vários protestos da

comunidade, a força policial de OC admitiu que Reyes havia sido estrangulada; assim, seu assassino foi encontrado em outubro.)

"Para muitos, a vida das pessoas transgênero não importa, e elas são vistas como descartáveis", opinou Jorge Gutierrez, amigo de Reyes, ao *Los Angeles Times*. "Sabemos que a identidade dela como mulher trans foi um grande fator, a polícia querendo reconhecer isso ou não."

Depois que quatro mulheres trans foram assassinadas em 20 meses na cidade de Ohio, membros da comunidade se frustraram com o que disseram ser uma recusa da polícia em ver os assassinatos como crimes de ódio em potencial.

"Ouvimos da polícia que não há razão para acreditar que esses foram crimes motivados por ódio", disse Aaron Eckhardt, da Buckeye Region Anti-Violence Organization (BRAVO), ao Buzzfeed. "Para nós da comunidade, isso soa como uma afronta. Antes de qualquer investigação acontecer, isso foi usado para desviar o diálogo. Queremos ouvir que eles estão investigando todas as possibilidades."

Quando as agências da lei se recusam a levar o assassinato de mulheres transgênero suficientemente a sério para reconhecê-los como crimes de ódio, isso perpetua a desconfiança quanto à polícia dentro das comunidades, fechando o círculo.

"Muitas vezes, logo no começo das investigações sobre a morte de mulheres trans, muita transfobia entra em jogo, e isso se traduz na alienação da comunidade, que, de outra forma, poderia ajudar", Ahmed frisou à VICE.

Disponível em: http://www.vice.com/pt_br/read/negras-transgenero-enfrentam-uma-epidemia-de-violencia-e-assassinatos (Acesso em: 8 de Maio de 2016)

Aluna transgênero usa banheiro feminino e é repudiada

Lila Perry foi autorizada a utilizar o banheiro e o vestiário feminino no começo do ano letivo, mas estudantes não aceitam medida

Estudantes de uma pequena cidade do estado de Missouri, nos Estados Unidos, fizeram um protesto na última segunda-feira (31) após uma estudante transgênero ser autorizada a utilizar o banheiro e vestiário femininos. As informações são da revista People.

Mais de 100 estudantes da Hillsboro High School ficaram, por duas horas, do lado de fora da escola. Alguns até seguravam cartazes com a mensagem “o direito das garotas importa” (fazendo alusão ao mote *Black Lives Matter*, ou *a vida dos negros importa*, em tradução livre, usado nos protestos contra a violência policial).

Porém, para a aluna transgênero Lila Perry, o protesto é, acima de tudo, de ódio. “Os extremos com que isso está sendo tratado, a quantidade de ódio e desrespeito que estão vomitando, isso tudo denuncia que o ato é mais sobre ódio do que qualquer outra coisa”, afirmou Lila à People.

Segundo informações do jornal The New York Times, Perry se escondeu no escritório do orientador enquanto seus colegas de classe e pais protestavam ao redor da escola. “Eu estava preocupada com minha segurança”, contou Lila ao jornal.

Ainda segundo a publicação, a estudante se identifica como uma garota desde os 13 anos e a direção da escola lhe deu permissão para usar o vestiário e o banheiro femininos no começo deste ano letivo.

Antes da decisão, Lila utilizava os banheiros unissex, de acordo com informações do site St. Louis Post-Dispatch. “Eu não estava machucando ninguém. Eu não quero usar algo para um gênero neutro. Eu sou uma garota. Eu não irei ser empurrada para outro banheiro”, a estudante declarou ao site.

Os colegas de classe não ficaram felizes com a decisão e como repúdio, ficaram do lado de fora da escola. Um oficial que trabalha no colégio disse ao New York Times não acreditar que os alunos sejam penalizados.

Perry afirma entender a preocupação das estudantes e de seus pais, mas o problema poderia ter sido resolvido de forma mais simples. “O que eu realmente acho é que se isso fosse realmente sobre um incômodo, qualquer uma poderia ter conversado comigo... Acho que tem mais a ver com as pessoas terem medo do que não entendem ou conhecem muito bem. E isso pode ter a ver com a forma como eles (os estudantes) foram criados. Muitas pessoas da minha escola foram criadas para serem fanáticas religiosas”.

Segundo o New York Times, Perry chegou a trancar as aulas de educação física, em que ela poderia usar os vestiários.

O protesto foi seguido de uma reunião entre os professores e os pais dos alunos, que se mostraram contrários ao acesso de Lila ao banheiro e vestiário femininos. Um dos pais ouvido pelo St. Louis Post-Dispatch disse que não é certo Perry ter tratamento especial enquanto as outras “garotas têm apenas que acatar isso”.

Enquanto muitos recriminam Lila, um pequeno grupo se uniu para demonstrar apoio à estudante. Uma amiga de Perry disse ao Dispatch que admira a coragem da aluna e que ela está “escolhendo uma vida para se aceitar melhor”.

Lila Perry afirmou que deseja abrir um diálogo para que outros estudantes transgêneros tenham uma experiência melhor no Ensino Médio. “É horrível que as pessoas sejam contra mim a um ponto tão extremo, não apenas na escola, mas na internet. Mas também recebi muito apoio. Parece muito surreal estar no meio de tudo isso”.

Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/educacao/preconceito-estudantes-protestam-contraluna-transgenero,d7640e5c767984b83fb05361b0b3486dch8oRCRD.html>

(Acesso em: 8 de Maio de 2016)

Mulher transgênero foge de El Salvador após perseguição e violência

TAPACHULA, México, 15 de dezembro de 2015 (ACNUR) - Com cabelo vermelho, cuidadosamente feito, e vestida com roupas femininas, Neila (nome fictício) se destacou em um bairro de El Salvador, país devastado pelas gangues, lugar onde ela nasceu um homem.

Ela aturou os insultos, vaias e ofensas sobre sua identidade de gênero durante anos, mas foi o quarto ataque a facadas que finalmente levou esta esteticista de 26 anos de idade a fugir para salvar sua vida.

“Tudo devido ao fato da minha identidade de gênero ser diferente daquilo que é tradicional”, disse Neila, que foi esfaqueada 58 vezes nos ataques, que deixaram inúmeras cicatrizes ao redor de sua garganta e ferimentos em seu braço.

Vivendo atualmente em um quarto coletivo no Sul do México, Neila integra a um crescente número de lésbicas, gays, bissexuais, transgênero e intersexuais (LGBTI) da América Central, região conhecida como Triângulo do Norte, formada por El Salvador Guatemala e Honduras. Essas pessoas estão fugindo dos assédios e das agressões para países vizinhos como forma de manter sua própria segurança.

Entre janeiro de 2013 e março de 2014, ao menos 594 pessoas que eram LGBTI ou percebidas como tal foram mortas nas Américas, enquanto outras 176 foram vítimas de violência física grave, de acordo com um estudo realizado pela Comissão Interamericana dos Direitos Humanos (CIDH)(publicação em espanhol). A CIDH também disse ter recebido relatos de que pessoas LGBTI, particularmente as mulheres transexuais, são mais vulneráveis à violência por parte de grupos armados ilegais e crime organizado na América Central.

Em Honduras, ativistas LGBTI relataram ao menos 190 assassinatos nos últimos cinco anos. Já no país de Neila, El Salvador, a organização sem fim lucrativos “Entre Amigos” relatou que 11 pessoas LGBTI foram assassinadas em 2008, 23 pessoas em 2009 e 10 pessoas em 2010. Cadáveres mostravam frequentemente sinais de agressão, tortura e estupro.

Uma onda de violência relacionada a gangues e crimes, incluindo estupro e extorsão, levou mais de 29.000 pessoas a fugir de Honduras, El Salvador e Guatemala no ano passado e solicitar o *status* de refugiado em 2014 em outros países da região - e entre eles estava um número crescente de pessoas LGBTI, disse a Agência da ONU para refugiados.

"Nos últimos três anos, temos visto um aumento principalmente no número de pessoas da comunidade LGBTI que estão fugindo da perseguição por motivos de gênero no Triângulo Norte da América Central", disse Mark Manly, representante do ACNUR no México.

"As pessoas gays, lésbicas e particularmente mulheres transexuais tornaram-se alvos para as redes criminosas que controlam muitos bairros. Outras sofreram graves abusos e discriminação dentro de suas famílias ou de suas comunidades", ele acrescentou.

Em 2015, até o presente momento, 13% dos casos atendidos pelo escritório do ACNUR em Tapachula eram relacionados à comunidade LGBTI. "Nosso objetivo é garantir que eles tenham informações sobre a possibilidade de pedir refúgio no México, o acesso aos procedimentos de solicitação, bem como as condições de vida seguras e dignas," disse Manly. "Se eles encontrarem proteção no sul do México, eles podem evitar o perigo extremo enfrentado pelos migrantes que viajam ao norte, na esperança de entrar nos Estados Unidos".

Devido a esta situação, o governo do México incluiu perseguição por motivos de gênero como o quinto fator para que seja reconhecido o *status* de refugiado no país, disse Manly. O ACNUR tem apoiado ativamente a causa na região para que os Estados garantam a segurança das pessoas que fogem por discriminação baseada na orientação sexual.

Depois de trabalhar como prostituta para conseguir dinheiro suficiente para fugir de El Salvador, Neila enfrentou um período nas ruas de Tapachula, até que dois amigos a ajudaram com comida e água e a levaram ao ACNUR.

Por enquanto, sua cama é um pedaço de papelão no chão de um quarto que ela divide com outras cinco pessoas. Seu guarda-roupa é uma corda pendurado na parede. Ela sobrevive com racionamento de cartões pré-pagos prestados pela Agência das Nações Unidas para Refugiados enquanto espera para ver se a ela será concedido o *status* de refugiada no México.

Segundo a própria Neila, ela não confia em ninguém e está com medo de se afastar para um lugar distante da segurança do quarto que compartilha. Ela anseia por ver sua família - sua mãe sempre foi favorável à sua identidade sexual – e se preocupa com a segurança deles em El Salvador.

"Sinto falta da minha família, e todos os dias eu temo por suas vidas, porque minha mãe foi testemunha de um assassinato enquanto ela estava vendendo sandálias na rua", disse ela. "Mas não há nenhuma maneira de tirá-los de lá."

Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/mulher-transgenero-foge-de-el-salvador-apos-perseguido-e-violencia/> (Acesso em: 8 de Maio de 2016)

Transgêneros reivindicam nas redes-sociais direito de escolher banheiro

Galeria de fotos com todas as informações disponível em:

<http://mulher.uol.com.br/comportamento/album/2015/03/23/transgeneros-reivindicam-nas-redes-sociais-direito-de-escolher-banheiro.htm> (Acesso em: 8 de Maio de 2016)

Transgêneros têm direito a matrícula com nome social

Travestis e transexuais já podem se matricular, a partir deste ano, na Universidade Federal da Bahia (Ufba) e na rede pública de ensino estadual com nomes femininos (nomes sociais).

As portarias foram editadas em 2014 para começar a valer em 2015. O fato é comemorado como uma "vitória histórica" do gênero pela Associação de Travestis de Salvador (Atras) e Grupo Gay da Bahia (GGB).

As duas entidades de apoio à luta homossexual defendem que as trans (conceito que inclui travestis e transexuais) constituem a minoria social mais desconhecida e discriminada atualmente no país, sofrendo opressão dentro de casa, pois raramente recebem apoio da própria família.

Ao não ter o direito de usar o nome adequado à própria identidade de gênero, elas sofrem "grave constrangimento quando são publicamente chamadas com nome masculino", segundo nota conjunta das entidades.

A Atras e o GGB pretendem ampliar "o respeito ao nome social em todos os espaços públicos, e não apenas para estudantes universitários e rede pública".

A estimativa das duas entidades é que existam duas mil trans no estado, aproximadamente 500 em Salvador. Assinalam ser "rara" a cidade brasileira, inclusive os menores municípios, em que não haja uma ou mais trans.

Millena Passos, presidente da Atras, diz que "a grande maioria das trans é de profissionais do sexo - ocupação legalizada por Jaques Wagner quando era ministro do Trabalho".

Alega que muitas "estão na pista" por falta de alternativas, pois teriam "sofrido bullying nas escolas, foram expulsas de casa e são recusadas quando procuram trabalho".

Ela acredita que as portarias da Ufba e Secretaria da Educação vão estimular muitas travestis a estudar e ter outra profissão menos perigosa e insalubre.

"Se alguma escola ou faculdade recusar reconhecer nosso gênero feminino, inclusive o acesso a sanitários para mulheres, a situação deve ser denunciada publicamente. A Atrasacionará o Ministério Público da Bahia", declarou Millena. Três trans já se matricularam na Ufba com nome social.

O antropólogo Luiz Mott, fundador do GGB, lembra que "as trans ainda são as principais vítimas dos crimes de ódio em nosso país e estado: entre 1980-2015 foram assassinadas, na Bahia, 112 travestis e transexuais, média de três por ano. No último dia 20, foi encontrado o corpo de uma travesti na região dos Dois Leões, com vários tiros na cabeça: sem identidade, sem parentes que reclamem o cadáver, sem prisão do assassino. Infelizmente, esse é o medo e destino de muitas trans profissionais do sexo".

"Esperamos e torcemos para que, ao terem a partir de agora os nomes sociais respeitados nos bancos escolares, elas tenham melhores alternativas de subsistência e maior esperança de vida", diz Mott.

Enem

A edição do ano passado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) teve 95 candidatos e candidatas transexuais com autorização do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para usar nome social durante as provas. Segundo a assessoria de imprensa do Inep, as 95 solicitações feitas foram atendidas.

Dentre as candidatas transexuais da Bahia estava Marina Garlen, que festejou a possibilidade de efetuar os exames sem ter que usar o nome dos documentos originais. Para poderem garantir o direito, os candidatos e candidatas precisaram ligar para um telefone de atendimento e solicitar um formulário específico. Entre as opções estavam a designação em sala de aula conforme a ordem alfabética do nome social, o tratamento dado pelos fiscais e se iam querer usar o banheiro masculino ou feminino.

Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1662276-transgeneros-tem-direito-a-matricula-com-nome-social> (Acesso em: 8 de Maio de 2016)

Tribunal permite que Lei Maria da Penha seja aplicada para mulheres trans

A 9ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) determinou que as normas previstas na Lei Maria da Penha sejam aplicadas a uma transexual que diz ter sido ameaçada por um ex-companheiro. A decisão exige que o homem não se aproxime da mulher trans e nem entre em contato com a vítima, seus familiares e testemunhas do processo.

Segundo o Tribunal de Justiça, a vítima informou que manteve relacionamento amoroso por cerca de um ano com o homem. Depois do término da relação, ele passou a ofendê-la e ameaçá-la. A trans então registrou boletim de ocorrência e pediu medidas de proteção à Justiça.

O pedido foi negado pelo juiz de primeiro grau, sob justificativa de que a vítima era biologicamente do sexo masculino, fora do campo de ação da Lei Maria da Penha. Em segunda instância, a desembargadora relatora considerou que a lei deve ser interpretada de forma ampla, sem ferir o princípio da dignidade da pessoa humana.

A explicação é que a expressão ‘mulher’, contida na lei em apreço, refere-se tanto ao sexo feminino quanto ao gênero feminino.

Disponível em: <https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/tribunal-permite-que-lei-maria-da-penha-seja-aplicada-para-mulheres-trans/> (Acesso em: 8 de Maio de 2016)

Menino consegue na Justiça mudar para gênero feminino e trocar de nome

Juiz de Sorriso (MT) autorizou mudança de nome e gênero em documentos. Ele nasceu com anatomia física contrária à identidade sexual psíquica.

A família de um menino de 9 anos conseguiu autorização da Justiça para a mudança de nome e de gênero sexual da criança. A ação tramita desde 2012 e, na quinta-feira (28), o juiz Anderson Candioto, da 3ª Vara da Comarca de Sorriso, a 420 km de Cuiabá, determinou a alteração no registro de nascimento, bem como a mudança no campo de sexo de masculino para feminino.

O defensor público que atuou em defesa da família do menino argumentou, no processo, que ele nasceu com anatomia física contrária à identidade sexual psíquica.

Segundo a Justiça, a criança se veste como menina e se porta como tal.

Antes de ingressar com o processo na Justiça, a família do menino o levou para o Ambulatório de Transtorno de Identidade de Gênero e Orientação Sexual do Núcleo de Psiquiatria e Psicologia Forense do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, para que ele recebesse acompanhamento. Na unidade, foi diagnosticado o transtorno de identidade sexual na infância, segundo a Justiça.

"Depois de anos acompanhando a criança, os médicos concluíram que tratava-se de uma menino com transtorno de identidade sexual. Na Comarca, fizemos uma oitiva para verificar o comportamento dela, em uma brincadoteca, com layout feito para o público infantil, com monitoramento de câmeras", contou o juiz, autor da decisão.

Uma psicóloga judicial, que atua no Fórum daquela região, desempenhou atividades lúdicas com o menino na sala e, conforme o magistrado, o comportamento é de menina.

A família já chamava a criança por outro nome de menina havia pelo menos três anos. Inclusive, os pais tinham conseguido, em 2012, uma decisão judicial em caráter liminar para que o menino pudesse usar uniforme feminino e fosse tratada como menina na escola.

"A sentença foi dada para garantir que a criança, assim como ela se vê na sua individualidade e na sua orientação feminina, ela seja respeitada e tratada da forma como é, pois, todas às

vezes em que ela fosse se apresentar oficialmente com documento, sofreria discriminação e até rejeição. Seria uma pessoa totalmente feminina com nome masculino, o que sempre geraria constrangimento à ela", entendeu o juiz Anderson Candiotto.

O processo corre em sigilo e nem o nome e nem informações da família foram disponibilizadas, segundo a Justiça, para preservar a criança, bem como a família. "Os pais são os grandes heróis da história, pois ao invés de fugir do preconceito preferiram lutar pela felicidade da criança, que já sabe da sentença e está se sentindo realizada", afirmou.

Disponível em: <http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2016/01/menino-consegue-na-justica-mudar-para-genero-feminino-e-trocar-de-nome.html> (Acesso em: 8 de Maio de 2016)

Decreto de Dilma permite uso de nome social em crachás por servidores LGBT

A presidente Dilma Rousseff assinou nesta quinta-feira, 28, decreto que permite ao público LGBT do funcionalismo público federal usar o nome social nos crachás de trabalho.

A medida é voltada especialmente para travestis e transexuais dos quadros civil e militar que preferem ser chamados por um prenome diferente do nome que consta de seu registro civil. Assim, um servidor masculino pode solicitar que seu crachá inclua, além de seu nome, um prenome feminino.

A informação é do secretário especial de Direitos Humanos, Rogério Sottili. "O mais importante é que esse decreto é um instrumento de cidadania, tira da invisibilidade pessoas que querem ser reconhecidas", afirmou Sottili.

O deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ) esteve presente no evento, a 12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, onde a presidente assinou o decreto. Ele foi elogiado por Rousseff e ovacionado pelas pessoas presentes:

No dia anterior, ele fez a seguinte ponderação no Facebook:

"Trata-se de uma reivindicação justa do movimento, embora seja insuficiente e evidencie o quanto o Brasil ainda precisa avançar no respeito aos direitos fundamentais da população LGBT".

Mais direitos humanos

Nesta semana, a presidente também anunciou, na conferência, que enviou ao Congresso pedido de urgência para votação de um projeto de lei que acaba com os autos de resistência.

Disponível em: http://www.brasilpost.com.br/2016/04/28/decreto-de-dilma-permite-_n_9798370.html (Acesso em: 8 de Maio de 2016)

Grupos da UFBA realizam ato pela inclusão de gênero e diversidade no plano estadual de educação

Professoras/es, estudantes e diversas entidades participaram do ato “Vai ter gênero na escola, sim!”, realizado no dia 25, na UFBA. O objetivo da atividade foi a defesa da permanência das questões de diversidade cultural, religiosa, de gênero, sexualidade e etnia como objeto de tratamento didático-pedagógico no currículo dos escolares e da formação de professoras/es. Como resultado do movimento, foi criada a Frente Pró-diversidade no Plano Estadual de Educação da Bahia, que se reunirá às segundas-feiras, das 17h às 19h, na Biblioteca Central da UFBA e atuará durante o processo de aprovação do Plano Estadual de Educação nas diferentes instâncias.

Mais informações disponíveis em: <https://www.facebook.com/bahiadiversa/?fref=ts>
(Acesso em: 8 de Maio de 2016)

Trago abaixo a letra da música “Bird Girl” da cantora transgênero Anohni, conhecida anteriormente pelo nome de Antony Hegarty (foto abaixo), cuja banda se chamava Antony and the Johnsons. É uma pequena e sincera homenagem à Leelah, assim como a todas às pessoas trans, ou não.



**I am a bird girl now
I've got my heart
Here in my hands now
I've been searching
For my wings some time
I'm gonna be born
Into soon the sky
'Cause I'm a bird girl
And the bird girls go to heaven
I'm a bird girl
And the bird girls can fly
Bird girls can fly**